

CIBERESPAÇO, EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Maria das Graças Estanislau Mendonça Mello de Pinho ¹

Leonardo de Souza Medeiros ²

RESUMO

Este estudo propõe uma análise da correlação entre Ciberespaço, Educação à Distância e Democratização da informação e do conhecimento, através da ampliação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Pretende ainda, refletir a relevância do uso das TICs para o campo educacional na modalidade de Educação à Distância (EAD), enquanto ricos mediadores simbólicos segundo Vygotsky (1984), e evidenciar a inadequação destes na prática pedagógica, principalmente no que tange a avaliação do conhecimento, segundo a teoria crítico reprodutivista de Bourdieu e Passeron (1975), na promoção de uma efetiva democracia do conhecimento.

Palavras-chave: Ciberespaço; TICs; Educação à Distância; Democracia do Conhecimento.

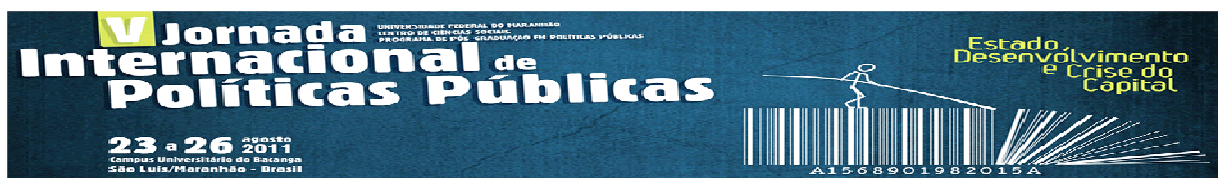
ABSTRACT

This Study proposes an analysis between Cyberspace, Distance Education and the Democratization of information and knowledge, through the enlargement of the usage of the Technology of Information and Communication (TICs). It would also intend to consider the relevance of the use of TICs for the educational field in the form of Distance Education (EAD), while abundant symbolic mediators according to Vygotsky (1984), and point the inadequacy of those pedagogical practices, mainly regarding the evaluation of knowledge, according to the critical theory – reproducible of Bourdieu and Passeron (1975), to promote an effective democracy of knowledge.

Key words: Cyberspace, TICs, Distance Education, Democracy of Knowledge.

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). gdaimendonca@yahoo.com.br

² Estudante de Pós-graduação. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). leo_agnus@hotmail.com



I INTRODUÇÃO

Apesar de resistências ainda presentes no meio social estabelecendo verdadeira aversão a instrumentos midiáticos, a tecnologia já faz parte da vida das pessoas mesmo que ainda não tenham se dado conta, inclusive dos inúmeros benefícios que ela lhes proporciona. O ritmo de vida das pessoas foi se modificando e com o passar dos tempos as comunidades passaram cada vez mais a uma dispersão espacial, viabilizada pela Internet que facilita maior aproximação que durante muito tempo foi dificultada pela distância geográfica.

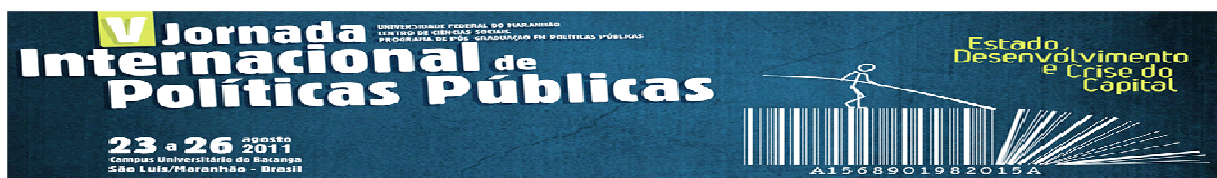
O computador e a Internet representam hoje as novas ferramentas a mediar a sociabilidade, tendência natural do ser humano. Segundo Wellman (1997 apud RECUERO 2009), quaisquer interesses comuns mantêm a interação social nas comunidades virtuais, sendo oriundas das relações concretas do cotidiano entre os sujeitos, não sendo necessários laços fortes para a permanência da manutenção da conexão e para variabilidade de comunidades em que se encontrarão inseridos.

Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais. (LÉVY, 2008a, pág. 127).

Lévy (2007), considera a possibilidade de surgimento de um ideal de democracia, em que propõe a participação de todos os cidadãos com base no uso de tecnologias da inteligência, denominando-a de “democracia direta”. Uma democracia capaz de instaurar a transparência de idéias, argumentos, projetos, iniciativas, especialidades e recursos, estabelecidos o mais rápido e ao mais baixo custo possíveis.

O ciberespaço poderá se tornar um meio de exploração dos problemas, de discussão pluralista, de evidência de processos complexos, de tomada de decisão coletiva e de avaliação dos resultados o mais próximo possível das comunidades envolvidas. (LÉVY, 2007, pág. 60-61).

A democracia direta seria promovida por meio do discurso da coletividade nas ágoras virtuais, através do software da Árvore de Conhecimentos pela participação ativa dos cidadãos e conforme os seus interesses. Para Lévy, (2008a), o ciberespaço fornece ocasião para experimentar modos de organização e regulação coletivos caracterizados mais pela variedade e multiplicidade do que pela condição uniforme e consensual entre os



usuários, favorecendo aprendizados e pesquisas totalmente abertos, libertando-os de manipulações unilaterais ou hegemônicas.

O ideal das árvores de conhecimentos nada mais é que estabelecer a democracia no domínio do reconhecimento, da avaliação e da gestão dos saberes. A realização desse projeto nos faria dar um passo decisivo para a instauração de uma sociedade mais livre e mais fraterna. (LÉVY, 2008b, pág. 184).

Lévy (2008b), explica que as árvores de conhecimentos não são uma instituição a mais, e sim um dispositivo capaz de promover uma democracia cognitiva, por um caráter de universalidade de toda a coletividade que tem o direito voluntariamente de participar contribuindo com todo e qualquer tipo de conhecimento, sem qualquer hierarquia de uns sobre os outros. Deste modo, quem valida os conhecimentos é a própria comunidade participante, o que caracteriza seu amplo caráter inclusivo, no reconhecimento de que apenas uma ínfima parte de todos os conhecimentos adquiridos ao longo da vida é certificada por instituições.

A avaliação do saber (e não mais da pessoa) é feita pelo conjunto da comunidade que participa da vida da árvore. A questão não é mais, como na etapa precedente, "Essa pessoa consegue fazer essa prova?", mas "O que vale essa capacidade, essa habilidade?". (LÉVY, 2008b, pág. 161).

A ampliação gradativa da democracia direta para Lévy (2007) resultaria na cidade inteligente em que ocorreria concomitantemente a abertura ao mundo e o retorno favorável a si mesma. Isto seria promovido pela inteligência coletiva, que "É uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências". (LÉVY, 2007, pág. 28). A inteligência coletiva é figura nova e engrenagem da cidade, na qual o autor destaca que as fases de sua dinâmica são a escuta, a expressão, a organização, a conexão, a visão, e a decisão, cada uma delas remetendo-se umas as outras.

Enquanto não se atingir o ideal de democracia na sociedade proposto por Lévy (2007, 2008a e 2008b), em termos de apropriação das informações e conhecimentos, Medeiros (2007), destaca sobre o importante e necessário papel de se estabelecer políticas educacionais: "Um importante desafio a enfrentar passa a ser, assim, o da apropriação das diferentes tecnologias de informação e de comunicação – as TIC – e das linguagens midiáticas como efetivos instrumentos de ensino e de aprendizagem. (pág.9).

II CIBERESPAÇO E DEMOCRACIA DO CONHECIMENTO



A Educação à Distância (EAD), modalidade preconizada na LDB nº 9.394/96, Artigo 80, apoiada nas TICs, surge como oportunidade de democratização do conhecimento, principalmente em relação às licenciaturas, objetivo primeiro da mesma, para atender à grande demanda de formação de professores no país.

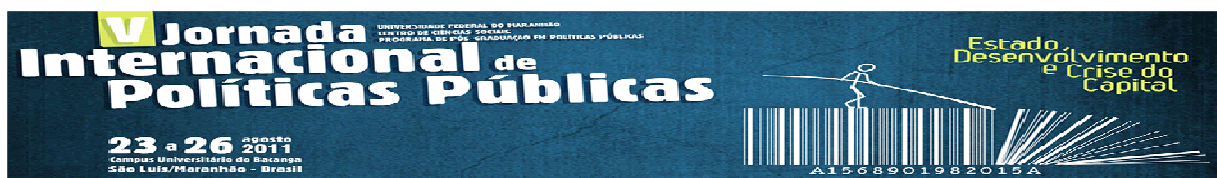
Segundo a revista Nova Escola (2011), o INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, divulga que as matrículas em Cursos à distância para as licenciaturas, estão atualmente em números muito próximos das de cursos presenciais, respectivamente com 420.098 para 458.768. (pág.49).

Segundo informações da Revista eletrônica E-Learning Brasil, edição 162, do mês de abril, o Ministério da Educação concederá mais de 120 mil bolsas de estudo em 2011, como meio de facilitar o acesso às vagas ao ensino superior, através de Programas como a Universidade para Todos (PronUni), Universidade Aberta do Brasil (UAB), e do Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES). Segundo o ministro Fernando Haddad, o número de graduados triplicou em dez anos saltando de 350 mil para 950 mil atualmente.

Saviani (2009), explica sobre o papel democrático da escola para suplantar a condição de marginalidade à educação dos cidadãos, utilizando o pensamento das teorias que denominou de não críticas (pedagogia tradicional, pedagogia nova e pedagogia tecnicista), e das teorias crítico reprodutivistas que defendem que a escola não pode ser compreendida independentemente de seus condicionantes sociais. Ainda, afirma que não é possível mais em relação ao papel escola, manter o pensamento ilusório de sucesso na carreira escolar e ascensão social defendido pelas primeiras, acrescentando que a influência das variáveis sociais no desempenho escolar passaram a partir da teoria crítico reprodutivista de Bourdieu e Passeron (1975), a ser incontestáveis.

Para Bourdieu e Passeron (1975), através da teoria da reprodução a escola promove a reprodução da estratificação de classes do mesmo modo que a sociedade. Age através do poder simbólico, manifesto em violência material e simbólica, por meio da ação pedagógica, pelo trabalho e autoridade pedagógicos, que impõem aos alunos um arbitrário cultural, legitimado pela classe dominante, controlando os resultados por meio das avaliações.

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que



estão na base de sua força acrescenta sua própria força, isto é propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU e PASSERON 1975, pág.19).

Para Esteban (2000 apud ALONSO, 2009), está claro que a exclusão de alguns grupos sociais da escola, expressa os conteúdos por ela avaliados e validados.

Tentar trabalhar com processos educativos que venham mudar o cenário da exclusão escolar na maioria das escolas brasileiras significa, sim, um posicionamento ético, político e de engajamento profissional com vistas a mudanças importantes nas práticas docentes. (ALONSO, 2009, pág.4).

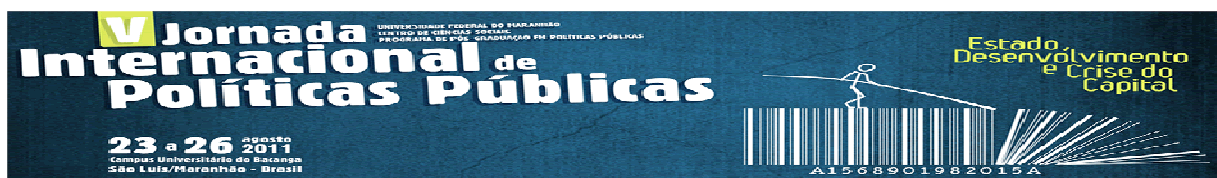
Nogueira (2002), explicando a teoria da reprodução, afirma que para os autores, o desempenho escolar tem forte relação com a origem social (classe, etnia, origem geográfica) do aluno. Afirma ainda, que o capital cultural dos pais e avós estará também relacionado a este desempenho, vez que faltando as condições materiais e culturais aos mesmos, não vislumbrarão perspectivas de sucesso na carreira escolar, não provendo consequentemente investimentos objetivos e subjetivos para o aluno.

[...] por mais que se democratize o acesso ao ensino por meio da escola pública e gratuita, continuará existindo uma forte correlação entre as desigualdades sociais, sobretudo, culturais, e as desigualdades ou hierarquias internas ao sistema de ensino. (NOGUEIRA, 2002, pág. 32).

Alonso (2009) esclarece que a EAD tem como parâmetros os mesmos princípios, e processos de desenvolvimento do conhecimento da educação presencial. Contudo, esta é favorecida democraticamente por ser mais acessível pelo amplo alcance geográfico, além das possibilidades de recursos de ensino e a aprendizagem pelo uso das TICs, que multidimensionam comunicações e interações.

Vilches, (2003) chama a atenção para dois pontos de vista antagônicos a respeito da digitalização da informação e da comunicação em rede: uma pessimista e outra otimista. Do ponto de vista pessimista o movimento de digitalização das mídias, segundo o autor, constituiria apenas mais uma fase de adaptação do capitalismo, desenvolvendo novos mecanismos de manutenção das desigualdades e novas formas de submissão ao poderio econômico global e à dominação virtual. O ponto de vista otimista compreende que as novas tecnologias solapam o poder hegemônico das formas e papéis das elites culturais, por meio de um processo de descentralização da produção e recepção de meios que perderam sua natureza material ao converter-se em bits de informação. (MEDEIROS, 2007, pág. 3).

Vygotsky (1984), propôs explorar a constituição social da mente através de conceitos como o de atividade mediada por signos, entendendo por mediação toda a intervenção de um sujeito, elemento que possibilita a interação entre sujeito e objeto. A



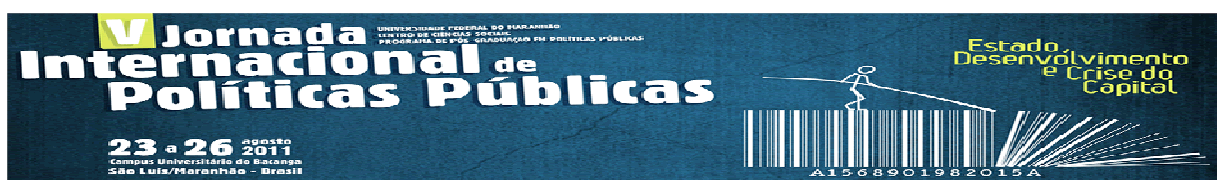
base do autor é de perspectiva sócio-histórica do desenvolvimento humano, segundo a qual, toda e qualquer aprendizagem deve-se a utilização de instrumentos materiais e simbólicos, tendo o homem criado sistemas simbólicos substitutivos da realidade, considerada a linguagem como o maior e melhor destes instrumentos. As ferramentas de plataformas de aprendizagem em EAD, como fóruns, chats, wiki, email, portfólios, correio, bate-papo on-line, linhas telefônicas 0800, além dos textos e das interações com tutor presencial ou à distância, representam os mediadores simbólicos a que se refere o autor. É necessário que estes, realmente promovam mediação de conhecimentos, conduzindo o aluno a alcançar sua Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), para que possam segundo Moura (2011), serem considerados colaborativos (através de trocas de materiais), interativos (no sentido de trabalho integrado), e cooperativos (no sentido de trabalhos em grupos).

A distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 1984, p. 97).

No entanto, o uso das ferramentas das plataformas e/ou das TICs no campo educacional, pode conduzir a um equivocado raciocínio de julgar-se que corresponda necessariamente a novas, efetivas, e eficazes práticas pedagógicas. Alonso (2009), afirma que a EAD tem a evasão identificada como um dos problemas na modalidade, destacando que segundo Paul (1999), o tipo de avaliação é determinante no sucesso ou fracasso do aluno nesta modalidade.

Vilas (1995 apud ALONSO 2009) contribui enormemente ao expressar seu raciocínio ao compreender a avaliação como um amplo processo de observação, intervenção e regulação do processo de aprendizagem, ou de outro modo reduz-se a mera mensuração de resultados classificatórios.

Polak (2009), aponta que a avaliação em EAD, só se altera em relação às circunstâncias sugerindo que é preciso conhecer o perfil do aluno para que se possa planejar adequadamente; alertando sobre possíveis prejuízos pelo não domínio de uso das ferramentas tecnológicas por parte dos alunos; também afirmando que as ferramentas de avaliação apesar de serem inúmeras ainda não atendem as expectativas e criticando a ocorrência de ferramentas fechadas inviabilizando a interatividade.



Devido à característica das TIC relacionada com o fazer, rever, e refazer contínuo, o erro pode ser trabalhado como objeto de análise e reformulação. Dito de outra forma, o aprendiz tem a oportunidade de avaliar continuamente o próprio trabalho com a colaboração do grupo e efetuar instantaneamente as reformulações que considere adequadas para produzir novos saberes, assim como pode analisar as produções dos colegas, e emitir feedback e espelhar-se nessas produções.(ALMEIDA, pág. 8).

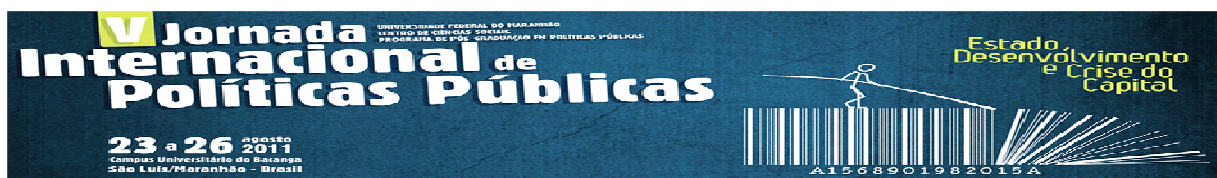
Polak (2009), sugere da necessidade de investimento em pesquisas quanto aos aspectos legais, administrativos, tecnológicos e pedagógicos da avaliação, e que esta seja avaliação formativa. “É formativa toda a avaliação que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo”. (PERREOUD, 1999, pág.69).

Segundo Almeida (2011), apesar da incorporação de recursos tecnológicos e das TICs à EAD como estratégia para democratizar e melhorar a qualidade da educação brasileira, algumas dificuldades como a falta de fluência tecnológica, as dificuldades relativas a leitura e interpretação, e a expressão do pensamento pela escrita, resultam da utilização por muitos alunos ainda dos meios mais convencionais fora os quem não conseguem obter sucesso e permanecer no meio acadêmico .

Para ampliar a reflexão Abramowicz (1994 apud ALONSO 2009), esclarece a relação existente entre a avaliação cognitiva e políticas públicas, superando que a primeira trate-se apenas de constatação do desempenho acadêmico dos alunos, mas reveladora do projeto institucional e da visão de sociedade.

III CONCLUSÃO

A constituição do ciberespaço enquanto espaço público e democrático em grande escala, permite o acesso à informação em tempo real e a comunicação interativa, o que com certeza favorece aos cidadãos de um modo geral. No entanto, contrasta-se o ideal de democracia direta proposto por Lévy (2007, 2008a e 2008b), desinstitucionalizada e desierarquizada, capaz de promover a total democratização de conhecimentos, com a falta de acesso às TICs, o que ainda, por algum tempo implicará na dificuldade de familiaridade com os mecanismos destas, e conseqüentemente em dificuldades para os alunos em EAD, pois tanto estão distantes das universidades quanto, ainda excluídos da era digital.



É preciso relativizar também sem uma visão simplista, pontos já constituídos no uso do ciberespaço por brasileiros como no caso de redes sociais, bem como das grandes conquistas comprovadas estatisticamente pela EAD. Urge, contudo um aperfeiçoamento qualitativo das ferramentas de aprendizagem e avaliação para que se tornem reais mediadores simbólicos de aprendizagem conforme orienta Vygotsky (1984).

Também é preciso um olhar sensível e crítico para o perfil de aluno oriundo de um sistema que ainda não deu conta de uma formação em competências primordiais e pré-requisito de outras, como leitura, interpretação e produção escrita que expresse autoria e autonomia do aluno do nível superior, tanto na EAD como no ensino presencial. A este respeito, alerta Bourdieu e Passeron (1975), da necessidade de se repensar as políticas públicas em todos os níveis de educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. **Tecnologia e Educação à distância: abordagens e contribuições dos ambientes digitais e interativos de aprendizagem.** PUC-SP. Disponível em: http://www.vivenciapedagogica.com.br/textos_educacao_a_distancia.html Acesso em 16/04/2011.

ALONSO, Kátia Morosov. **A Avaliação e a Avaliação na Educação a Distância: algumas notas para reflexão.** Disponível em: <http://mail.google.com/mail/?ui=att&th=1213ef48198712f2&attid=0.1&disp=vah&zw>. Acessado em 15/05/2009.

BOURDIEU, P. e PASSERON, J. C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

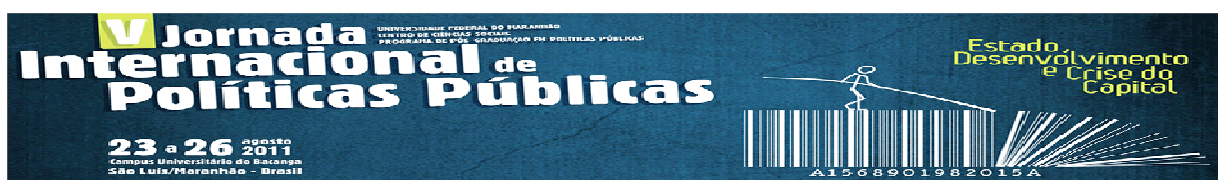
E-Learning Brasil Edição nº 162, Abril, 2011. Disponível em: http://www.elearningbrasil.com.br/pesquisa/resultados/pesq_result_109.asp. Acessado em 16/04/2011.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacao_s&catid=70:legislações. Acessado em 12/03/2011.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva.** São Paulo: Edições Loyola, 5ª Ed. 2007.
_____. Tradução: COSTA, Carlos Irineu. **Cibercultura.** São Paulo: 2ª Ed.; 7ª reimpressão, 2008.

LÉVY, Pierre e MICHEL, Autthier. **As Árvores de Conhecimentos.** São Paulo: Editora Escuta, 3ª reimpressão, 2008.

MEDEIROS, Leila Lopes. **Políticas Públicas de formação docente face à inserção das TICs no espaço pedagógico.** In: Educação à Distância. CCEAD. PUC- Rio, 2007.



MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. **As Teorias de Aprendizagem e os Recursos da Internet Auxiliando o Professor na Construção do Conhecimento.** Disponível em: http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=17/. Acessado em 18/04/2011.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins e NOGUEIRA, Maria Alice. **A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limitações e Contribuições.** Educação e Sociedade, ano XXIII, nº 78, Abril/2002.

NOVA ESCOLA, ano XXVI. Nº 239. Jan/Fev, 2011.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

POLAK, Y. **A Avaliação do aprendiz em EAD.** In: LITTO, F e FORMIGA, M. (orgs.). **Educação a Distância: o estado da arte.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Colinas, 2009.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 41ª Edição, 2009.

VIGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.